

DINÂMICA ECONÔMICA RECENTE E EVOLUÇÃO DA POBREZA E DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO CEARÁ - 1990-2001

Maria Jucilene da Silva*
Christiane Luci Bezerra Alves**

Resumo: *No ano de 1987 inicia-se, no Ceará, o chamado “Governo das Mudanças”, inaugurando uma nova maneira de administrar e de gerir políticas públicas no estado. Como o novo governo objetivava direcionar sua administração para o aumento dos investimentos na área social e econômica, adotou uma política que envolvia um forte ajuste fiscal, um adequado controle das despesas públicas, combinados com uma política de atração de investimentos e vultosas inversões em infra-estrutura. Tais medidas tiveram impactos positivos na dinâmica econômica cearense, destacando o estado no cenário regional e nacional, por apresentar uma tendência diferenciada. Assim, pretende-se com este artigo apresentar a evolução das variáveis pobreza e distribuição de renda no Ceará, em meio ao cenário de mudanças políticas e econômicas observadas no estado e na economia brasileira. Os resultados observados mostram que houve uma melhoria significativa nos indicadores de pobreza e resultados mais modestos em relação à distribuição de renda, apesar de ainda se manterem em um patamar bastante elevado, superiores às médias nacionais.*

Palavras-chave: Economia cearense; Pobreza; Distribuição de renda.

1. INTRODUÇÃO

No fim da década de 1980 ocorre uma mudança significativa na política cearense com o início do chamado “Governo das Mudanças”, a partir do primeiro mandato de Tasso Jereissati, inaugurando uma nova maneira de administrar e de gerir políticas públicas no estado. Esse fato tradicional marca a saída do poder de um grupo que vinha se perpetuando na administração e mantinha o estado num cenário de atraso e fortes desequilíbrios econômicos e sociais. O novo governo pretendia se firmar como uma alternativa à política coronelista, até então presente no estado.

Assim, pretendia direcionar sua administração para promover um aumento nos investimentos nas áreas social e econômica. Para isso, foi promovido um ajuste fiscal com forte contenção dos gastos públicos, extinção de órgãos que eram ligados à barganha política e corte de pessoal. Adotaram-se, também, medidas para modernizar a administração, implementar um rígido controle financeiro, além de uma forte política de atração de investimentos e a realização de obras de infra-estrutura. A partir da década de 1990, o Ceará passa a apresentar equilíbrio em suas contas públicas e um profundo dinamismo econômico, que se reflete em uma taxa de crescimento do PIB superior ao do Nordeste e do Brasil, no crescimento da participação do PIB do estado no PIB nacional e no significativo ganho de participação do setor industrial na economia cearense. Nesse cenário, dada a magnitude das transformações observadas, esse trabalho tem por objetivo entender como se comportam os índices de pobreza e de distribuição

* Aluna do Curso de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA; Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/FUNCAP/URCA (autora)

** Mestre em Economia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri-URCA (co-autora/orientadora).

de renda, tendo como referência a mudança no paradigma de regulação do estado. Para tanto, analisar-se-á a evolução dessas variáveis no período de 1990-2001.

2. CONCEITUAÇÃO DE POBREZA

É consenso na literatura econômica que a pobreza é um fenômeno complexo. Assim, sua conceituação envolve tanto variáveis econômicas como não-econômicas (GOMES; NEDER, 2000). Em virtude da impossibilidade de se mensurar variáveis subjetivas, a maioria dos estudos relacionados ao tema opta por definir a pobreza apenas sob o ponto de vista das carências materiais, mesmo reconhecido seu caráter restrito. Dessa forma, neste trabalho, o conceito de pobreza adotado está associado à insuficiência de renda como determinante das condições de vida das famílias e do não-atendimento de suas necessidades básicas. Esse “básico” corresponde à linha de pobreza, que tem um valor monetário superior à linha de indigência, por englobar, além das despesas alimentares, outras necessidades como vestuário, transporte, lazer e outros.

2.1 Mensuração da pobreza

Em virtude das diversas formas de fazer-se a mensuração e dos critérios utilizados na determinação da linha de indigência e pobreza, os vários estudos acerca do tema apresentam profundas diferenças nos resultados.

Um dos métodos muito utilizados é a definição da linha de pobreza como uma parcela do salário mínimo (geralmente 1/4) para confrontar com a renda per capita domiciliar e determinar a proporção de pobres. Uma das desvantagens desse método é a utilização de um valor único para linha de pobreza/indigência, sem levar em conta as diferenças regionais e nem a variação do salário real (GOMES; NEDER, 2000).

O método da determinação do custo de vida das famílias através do consumo utiliza os dados do Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF, de 1974/75) e a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF, de 1987/88 e 1995/96). Com esses dados, determina-se uma cesta básica de alimentos que atenda os requisitos nutricionais necessários diariamente, com preços regionais. Portanto, são consideradas indigentes as pessoas que não possuem renda suficiente para adquiri-la, e pobres, as que não podem comprar ao mesmo tempo a cesta e outros bens.

Para determinação da proporção de pobres e de indigentes, o Banco Mundial propôs um indicador de renda per capita de um dólar por dia. A utilização desse indicador facilita a comparação entre o poder de compra da população em escala mundial através de uma única moeda, mas não considera as flutuações na taxa de câmbio e nem as discrepâncias entre o custo de vida dos diversos países e dentro do próprio país (GROSSI; SILVA; TAKAGI. 2001).

Como a proporção de pobres não se altera quando se aumenta ou se reduz a renda de uma pessoa sem ultrapassar a linha de pobreza/indigência, sendo também esse método insensível diante da distribuição de renda entre os pobres, ele costuma ser utilizado em conjunto com outros indicadores, como o Índice de Sen, que incorpora a proporção de pobres, o hiato de renda (o qual mede a intensidade da pobreza) e a distribuição de renda entre os pobres, ou o Índice de Foster, Greer e Thorbecke, que comporta as mesmas variáveis.

De forma geral, a proporção de pobres passa a ser o percentual de pessoas com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza, e a proporção de indigentes, o percentual de pessoas com renda domiciliar per capita inferior à linha de indigência¹.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DA POBREZA NO BRASIL NA DÉCADA DE 90

A década de 1990 inicia-se sob os efeitos negativos da recessão ocorrida na década anterior. Nesse cenário, após sucessivas tentativas, sem sucesso, de estabilização, é implementado o Plano Real, um programa de estabilização monetária que surge também como uma tentativa de reagir ao cenário de estagnação e crise e melhorar os indicadores sócio-econômicos. O principal objetivo do plano, que era fortalecer a moeda nacional através do controle da inflação, foi rapidamente atingido, e a partir da primeira metade da década, os efeitos da estabilização já puderam ser observados através da melhora nos índices de pobreza e de distribuição de renda.

TABELA 1 – Brasil - Proporção de pobres (%) – 1992–1999

| Brasil | Anos | | | | | | |
|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | 1992 | 1993 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 |
| | 30,62 | 30,37 | 20,57 | 21,40 | 20,88 | 20,19 | 21,11 |

Fonte: Rocha (2003)

Pode-se observar que, de modo geral, a proporção de pobres decresceu ao longo da década, mais profundamente de 1993 a 1995, quando a proporção de pobres passou de 30,37% para 20,57% (Tabela 1). A retomada do crescimento econômico (em 1994 o PIB chegou a alcançar 5,9% - Tabela 2), aliada à queda da inflação, à abertura comercial e à valorização cambial, foram os principais responsáveis pelos impactos positivos sobre a renda real da população mais pobre.

TABELA 2 – Brasil – Taxa de Crescimento do Produto Industrial Bruto – 1993-1999

| Variável | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 |
|-------------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|
| Taxa de crescimento do PIB - % a.a. | 4,9 | 5,9 | 4,2 | 2,7 | 3,3 | 0,2 | 0,8 |

Fonte: Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2002)

De 1996 a 1998, no entanto, a economia não apresentou o mesmo desempenho. A mudança na orientação da política econômica nacional, determinada pela elevação das taxas de juros internacionais e pela dificuldade dos países subdesenvolvidos em obter financiamentos após a crise do México de 1994, levou à elevação das taxas de juros interna e impôs intensa restrição ao crédito, resultando no desaquecimento da economia e no aumento no desemprego (COUTINHO; BALTAR; CAMARGO, 1999 apud ALVES, 2003). Dessa forma, a redução da

¹ Nesse artigo, trabalhar-se-á com as linhas de pobreza e indigência definidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Para ver a metodologia utilizada pelo IPEA, ver: <http://www.ipeadata.gov.br> (Metodologia das linhas de pobreza e indigência).

pobreza não permaneceu nos anos posteriores, e a proporção de pobres fica em torno de 20% ao longo da segunda metade dos anos 1990 (Tabela 1).

TABELA 3 – Brasil - Índice de Foster, Greer e Thorbecke – 1992-1998

| | 1992 | 1993 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 |
|---------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Sudeste | 0,061 | 0,061 | 0,047 | 0,048 | 0,05 | 0,049 |
| Norte | 0,183 | 0,15 | 0,127 | 0,13 | 0,128 | 0,128 |
| Centro-Oeste | 0,063 | 0,055 | 0,051 | 0,059 | 0,051 | 0,049 |
| Sul | 0,048 | 0,037 | 0,036 | 0,038 | 0,037 | 0,037 |
| Nordeste | 0,139 | 0,14 | 0,092 | 0,103 | 0,097 | 0,079 |
| Brasil | 0,087 | 0,084 | 0,062 | 0,067 | 0,065 | 0,059 |

Fonte: Gomes e Neder (2000)

A queda no índice de Foster, Greer e Thorbecke acompanha o movimento da evolução da proporção de pobres, com redução mais acentuada no período de 1993-1995, mas sem grandes alterações e com variações menores nos anos posteriores.

Rocha (1996) destaca que no Brasil a pobreza tem um forte caráter regional (Regiões Norte e Nordeste com as maiores proporções de pobres e a Região Sul com as menores) e continua avançando em direção à região metropolitana; a pobreza atinge um elevado contingente da população brasileira, cerca de 30 milhões de habitantes e em virtude da (...) extensão, profundidade, e complexidade (...) torna-se mais árduo e complicado o processo de identificação e principalmente a solução do problema (GOMES; NEDER, p. 15, 2000).

No que se refere à distribuição de renda, o Brasil ocupa as primeiras posições no ranking mundial, com uma das rendas mais concentradas do planeta.

O Índice de Theil mede a desigualdade na distribuição dos indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. É nulo quando não há desigualdade e tende ao finito quando a desigualdade tender ao máximo. Verifica-se que, segundo esse indicador, houve uma rápida redução das desigualdades no início da década em virtude do controle da inflação. Da mesma forma, o declínio ocorrido entre 1993 e 1995 pode ser atribuído também aos efeitos do Plano Real, resultando em uma diminuição das desigualdades e ganhos na renda real para toda a população (FERREIRA, LITCHFIELD, 2000). Apesar do aumento no poder de compra se refletir numa melhor distribuição da renda, nota-se que sua concentração permanece bastante elevada. Em termos regionais, o Nordeste aparece com as piores distribuições de renda do país, atingindo, em toda a década de 90, índices superiores aos da economia brasileira (Tabela 4), sendo seguido de perto pela região Centro-Oeste.

TABELA 4 – Índice de Theil - Regiões do Brasil - 1990 – 2001

| Regiões | 1990 | 1992 | 1993 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2001 |
|---------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Co | 0,78 | 0,83 | 0,80 | 0,69 | 0,75 | 0,76 | 0,77 | 0,74 | 0,75 |
| N | 0,72 | 0,62 | 0,73 | 0,71 | 0,68 | 0,73 | 0,71 | 0,64 | 0,67 |
| NE | 0,88 | 0,74 | 0,89 | 0,81 | 0,85 | 0,83 | 0,81 | 0,80 | 0,79 |
| S | 0,66 | 0,64 | 0,67 | 0,65 | 0,63 | 0,61 | 0,62 | 0,63 | 0,61 |
| SE | 0,68 | 0,59 | 0,68 | 0,65 | 0,63 | 0,64 | 0,65 | 0,62 | 0,65 |
| Brasil | 0,77 | 0,70 | 0,77 | 0,73 | 0,73 | 0,74 | 0,73 | 0,71 | 0,73 |

Fonte: <<http://www.ipeadata.gov.br>>

4. DINÂMICA DA ECONOMIA CEARENSE NA DÉCADA DE 1990

A segunda metade da década de 1980 marca para o Ceará a mudança no paradigma de regulação do estado. O novo governo, comandado por Tasso Jereissati, iniciou, então, uma série de medidas para sanar os problemas econômicos e sociais existentes.

As medidas implementadas visavam modernizar a administração pública e mobilizar recursos de forma a dar impulso ao crescimento da economia cearense. Dessa forma, o saneamento da máquina estatal, o forte controle sobre os gastos públicos, o enxugamento do quadro de pessoal, além de um conjunto de incentivos fiscais e investimentos em infra-estrutura, geraram as condições necessárias para financiar esse crescimento.

A política de atração de investimentos, que visava reduzir a concentração industrial, foi bem sucedida, embora não tenha se efetuado da forma planejada pelo poder público, já que a maioria dos estabelecimentos industriais se concentrou em Fortaleza e na região metropolitana. O grande número de estabelecimentos que se fizeram presentes no Estado, aliado ao controle das finanças públicas, que favoreceram os investimentos em infra-estrutura, constituem-se em importantes alterações que impulsionaram a nova dinâmica econômica que se estabelece no estado.

Dessa forma, após um período de cinco anos de oscilação (entre 1985-1990), o PIB cearense apresenta, a partir de 1991, um crescimento superior aos PIB do Nordeste e do Brasil. Destaca-se, aqui, o comportamento da produção industrial, que apesar de ter apresentado uma tendência estável no período de 1980 a 1990, começa nos anos posteriores, a crescer a taxas significativas. Assim, a contribuição da indústria na formação do PIB passa de um percentual de 25,64% em 1990, para 47,8% no ano de 2000. Isso se reflete num aumento da participação do PIB do Ceará no PIB nacional, que “(...) passa de um percentual de 1,72% em 1985 para cerca de 1,88% em 2000, tendo atingido no ano de 1998 uma participação de 2,06%” (VALOIS; ALVES, p.319, 2006).

De acordo com a Tabela 5, entre 1985 e 1990 observa-se que a taxa de crescimento da economia cearense fica aquém da taxa nacional, crescendo apenas 0,78% a.a. contra 2,03% a.a. da economia brasileira. Esse baixo crescimento traduz os impactos negativos da seca de 1987 e a austeridade das reformas implementadas.

Porém, na década de 1990, o Ceará começa a apresentar os resultados das reformas implementadas, atingindo um crescimento significativo se comparado às taxas nacionais. Assim, no primeiro quinquênio da década de 1990 (1990-1995), a economia cearense atinge seu auge, quando sua taxa de crescimento corresponde a 6,79% a.a., significativamente superior à taxa de crescimento do Brasil (3,07% a.a.).

TABELA 5 – Brasil e Ceará - Taxa anual de crescimento do PIB -1985-2000

| Período | Taxa de crescimento (%) | Taxa de crescimento (%) |
|-----------|-------------------------|-------------------------|
| | Ceará | Brasil |
| 1985-1990 | 0,78 | 2,03 |
| 1990-1995 | 6,79 | 3,07 |
| 1995-2000 | 1,75 | 2,65 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de <<http://www.ipeadata.com.br>>

O Ceará também se destaca no cenário nacional em relação à geração de empregos formais. Enquanto a maioria dos estados brasileiros apresentou queda em seus níveis de emprego, fruto principalmente do amplo processo de abertura comercial e reestruturação produtiva ocorridos nos anos 1990, o Estado do Ceará apresenta um comportamento diferenciado, criando, na economia como um todo, um total de 153.183 novos postos de trabalho.

TABELA 6 – Ceará - Desempenho do emprego formal segundo o ramo de atividade 1990-2000

| Anos | 1990 | % | 2000 | % |
|---|---------|-------|---------|-------|
| Indústria | 104.455 | 19,42 | 152.789 | 22,11 |
| Construção civil | 20.598 | 3,83 | 27.746 | 4,01 |
| Comércio | 62.478 | 11,61 | 93.253 | 13,49 |
| Serviços | 317.406 | 59,01 | 406.868 | 58,87 |
| Agropecuária, extr. Vegetal, caça e pesca | 12.091 | 2,25 | 10.434 | 1,51 |
| Outros/ignorado | 20.882 | 3,88 | 3 | 0 |
| Total | 537.910 | 100 | 691.093 | 100 |

Fonte: RAIS 1990 e 2000

O ramo de atividade que teve a maior participação no total de empregos formais é o setor de serviços, o qual apresentou ligeira queda durante a década, passando de 59,01% para 58,87%. A indústria, construção civil e comércio apresentaram aumento de participação de 2,69%, 0,48% e 1,88%, respectivamente. Essa nova dinâmica da economia cearense, incluindo a performance na geração de empregos, é atribuída à mudança na orientação da política econômica, com ênfase para o ajuste fiscal implementado no Ceará, bem como o programa de incentivos fiscais e os investimentos em infra-estrutura, que elevaram tanto o número de estabelecimento industriais, quanto o número de empregos formais. Essa melhoria, no entanto, não ocorre numa mesma proporção em relação ao nível dos salários, que se mantiveram extremamente baixos, contribuindo para a precarização nas relações de trabalho. Como exemplo, considerando o setor industrial, com as indústrias extrativa mineral e de transformação, cerca de 70% dos trabalhadores industriais cearenses ganhavam entre 1 e 2 salários mínimos em 2000 (VALOIS; ALVES, 2006).

5. EVOLUÇÃO DA POBREZA E DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO CEARÁ (1990-2001)

O cenário de profundas transformações nas economias brasileira e cearense traçou novos rumos para os índices de pobreza e de distribuição de renda no Ceará, promovendo melhorias ao longo do período estudado. A renda per capita familiar teve taxa de crescimento superior às taxas regionais e nacionais, representando um incremento de 2,01% a.a. contra 1,3% a.a. e 0,65% a.a. do Nordeste e Brasil, respectivamente (Tabela 7).

TABELA 7 – Ceará, Nordeste e Brasil - Renda domiciliar per capita – 1990-2001

| | 1990 | 1992 | 1993 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2001 | Tx Cres % |
|-----------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-----------|
| Ceará | 177,9 | 156,1 | 169,7 | 216,2 | 211,2 | 214,5 | 218,2 | 206,6 | 221,4 | 2,01 |
| Nordeste | 181,3 | 161,6 | 175,0 | 209,3 | 213,3 | 213,0 | 219,9 | 211,7 | 209,0 | 1,30 |
| Brasil | 302,8 | 256,4 | 274,4 | 336,1 | 341,0 | 342,1 | 345,9 | 326,4 | 325,0 | 0,65 |

Fonte: <<http://www.ipeadata.com.br>>

Enquanto a economia brasileira apresenta uma tendência ininterrupta de crescimento da renda a partir de 1992, com saturação no movimento de alta a partir de 1999, a renda no Ceará apresenta-se de forma mais irregular, mas repete o crescimento significativo entre os anos de 1993 e 1995, dentro do ambiente de estabilização e recuperação observado também na economia cearense.

O Ceará, assim como o Nordeste e o Brasil, apresentou declínio na proporção de pobres, com valores mais expressivos entre 1993 e 1995, quando a estabilidade monetária favoreceu a retomada do crescimento econômico (Tabela 8).

TABELA 8 – Estados do Nordeste e Brasil - Percentual de pobres - 1990-2002 (%)

| | 1990 | 1992 | 1993 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2001 |
|-----------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| AL | 0,72 | 0,66 | 0,72 | 0,62 | 0,64 | 0,62 | 0,63 | 0,62 | 0,65 |
| BA | 0,68 | 0,66 | 0,68 | 0,61 | 0,62 | 0,61 | 0,59 | 0,59 | 0,59 |
| CE | 0,73 | 0,68 | 0,68 | 0,61 | 0,62 | 0,62 | 0,59 | 0,61 | 0,58 |
| MA | 0,71 | 0,70 | 0,76 | 0,69 | 0,67 | 0,73 | 0,69 | 0,68 | 0,65 |
| PB | 0,70 | 0,70 | 0,69 | 0,58 | 0,59 | 0,58 | 0,56 | 0,55 | 0,62 |
| PE | 0,65 | 0,67 | 0,68 | 0,59 | 0,59 | 0,60 | 0,57 | 0,60 | 0,60 |
| PI | 0,80 | 0,76 | 0,72 | 0,68 | 0,67 | 0,70 | 0,65 | 0,66 | 0,61 |
| RN | 0,66 | 0,67 | 0,66 | 0,55 | 0,54 | 0,54 | 0,54 | 0,54 | 0,54 |
| SE | 0,62 | 0,61 | 0,61 | 0,58 | 0,56 | 0,57 | 0,54 | 0,56 | 0,55 |
| NE | 0,69 | 0,68 | 0,69 | 0,61 | 0,61 | 0,62 | 0,60 | 0,61 | 0,60 |
| BR | 0,42 | 0,42 | 0,43 | 0,35 | 0,35 | 0,35 | 0,34 | 0,35 | 0,35 |

Fonte: <<http://www.ipeadata.com.br>>

No início da década, o estado tinha 73% de sua população abaixo da linha de pobreza, apresentando o 2º pior percentual de pobres na região nordeste. No final do período, apenas os Estados do Rio Grande do Norte (54%) e Sergipe (55%) possuíam um percentual de pobres mais favorável ao observado no Estado do Ceará (60%), mostrando que em relação a esse indicador, melhora a situação do estado no cenário regional. Porém, observa-se que em toda a década o Ceará apresenta valores superiores ao Nordeste e consideravelmente superiores aos dados nacionais, caracterizando, ainda, uma situação de extrema pobreza.

Com relação ao percentual de indigentes, segue-se a mesma tendência da proporção de pobres (Tabela 9). O maior declínio ocorre entre 1993 e 1995 e, nos anos posteriores, passa a cair com menor intensidade. Entre 1993 e 1995, a queda no percentual de indigentes ainda é suave no Ceará, comparada aos estados do Nordeste. Porém, comparando-se o período como um todo (1990-2001), o percentual de indigentes cai 16 pontos percentuais. Apenas o Estado do Piauí aparece com uma diminuição mais significativa no número de indigentes (queda de 25 pontos percentuais).

TABELA 9 – Estados do Nordeste e Brasil - Percentual de indigentes - 1990-2001 (%)

| | 1990 | 1992 | 1993 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2001 |
|----|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| AL | 0,37 | 0,35 | 0,47 | 0,30 | 0,35 | 0,30 | 0,32 | 0,35 | 0,36 |
| BA | 0,39 | 0,38 | 0,41 | 0,32 | 0,35 | 0,32 | 0,29 | 0,29 | 0,31 |
| CE | 0,46 | 0,43 | 0,41 | 0,33 | 0,34 | 0,34 | 0,31 | 0,32 | 0,30 |
| MA | 0,46 | 0,40 | 0,51 | 0,41 | 0,38 | 0,45 | 0,39 | 0,35 | 0,35 |
| PB | 0,46 | 0,44 | 0,43 | 0,27 | 0,29 | 0,32 | 0,28 | 0,30 | 0,31 |
| PE | 0,37 | 0,38 | 0,41 | 0,26 | 0,30 | 0,31 | 0,27 | 0,31 | 0,31 |
| PI | 0,59 | 0,51 | 0,48 | 0,38 | 0,40 | 0,43 | 0,38 | 0,37 | 0,34 |
| RN | 0,39 | 0,37 | 0,38 | 0,25 | 0,27 | 0,26 | 0,23 | 0,26 | 0,25 |
| SE | 0,28 | 0,34 | 0,34 | 0,29 | 0,26 | 0,30 | 0,26 | 0,27 | 0,27 |
| NE | 0,42 | 0,40 | 0,43 | 0,32 | 0,34 | 0,34 | 0,30 | 0,31 | 0,31 |
| BR | 0,20 | 0,20 | 0,20 | 0,15 | 0,16 | 0,16 | 0,15 | 0,15 | 0,15 |

Fonte: <http://www.ipeadata.com.br>

Todavia, os dados do Ceará ainda se mostram extremamente precários, estando na grande maioria da década superiores aos já elevados percentuais nordestinos, atingindo basicamente o dobro do número de indigentes do Brasil em todos os anos da série em análise.

Pela Tabela 10, pode-se observar que, ao longo da década de 90, não há grandes alterações na renda apropriada pelos 50% mais pobres no Estado do Ceará. Nesse indicador, os valores aparecem próximos aos observados na economia nacional; porém, essa proporção é menor no Ceará do que na Região Nordeste, apesar da diferença não ser significativa.

TABELA 10 – Estados do Nordeste e Brasil - Participação na renda familiar dos 50% mais pobres - 1990-2001 (%)

| | 1990 | 1992 | 1993 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2001 |
|----|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| AL | 15,38 | 13,75 | 11,56 | 11,85 | 11,51 | 12,32 | 12,37 | 13,41 | 13,11 |
| BA | 11,35 | 13,07 | 11,29 | 13,04 | 11,38 | 12,75 | 13,46 | 13,94 | 13,29 |
| CE | 12,35 | 12,16 | 11,74 | 12,44 | 11,69 | 11,89 | 12,27 | 12,86 | 12,62 |
| MA | 14,15 | 15,85 | 12,16 | 13,93 | 13,24 | 12,20 | 13,16 | 14,88 | 14,30 |
| PB | 10,00 | 12,71 | 10,63 | 12,62 | 13,22 | 11,39 | 11,38 | 10,20 | 13,48 |
| PE | 12,86 | 13,31 | 11,94 | 14,58 | 12,86 | 13,39 | 13,33 | 12,94 | 12,16 |
| PI | 9,72 | 11,43 | 11,67 | 13,56 | 12,86 | 11,76 | 13,00 | 13,21 | 12,78 |
| RN | 12,38 | 12,66 | 13,94 | 13,34 | 12,81 | 13,36 | 13,41 | 13,11 | 13,67 |
| SE | 15,24 | 12,98 | 12,53 | 13,61 | 12,66 | 11,94 | 12,22 | 11,79 | 13,90 |
| NE | 12,02 | 12,98 | 11,62 | 13,11 | 12,14 | 12,30 | 12,75 | 13,01 | 13,04 |
| BR | 11,45 | 13,11 | 12,31 | 12,35 | 12,09 | 12,12 | 12,34 | 12,69 | 12,58 |

Fonte: <<http://www.ipeadata.com.br>>

No Ceará, a renda apropriada pelo 1% mais rico oscila ao longo da década de 1990. Apesar de ter caído nos anos de 1995, 1997 e 1998, atinge valores semelhantes aos do início da década em 2001 (Tabela 11). Todavia, neste ano, a renda apropriada pelo 1% mais rico (18,08%) é fortemente superior à renda apropriada pelos 50% mais pobres (12,62%), caracterizando a forte desigualdade de renda observada no estado. Destaca-se que esse valor corresponde à maior parcela de renda apropriada pelo 1% mais rico em toda a Região Nordeste.

TABELA 11 – Estados do Nordeste e Brasil - Participação na renda familiar do 1% mais rico - 1990-2001 (%)

| | 1990 | 1992 | 1993 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2001 |
|----|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| AL | 16,78 | 13,49 | 16,69 | 19,06 | 15,62 | 15,70 | 16,29 | 14,72 | 17,75 |
| BA | 21,03 | 15,50 | 19,11 | 18,17 | 18,78 | 17,87 | 16,63 | 15,60 | 15,98 |
| CE | 18,06 | 15,75 | 18,66 | 16,85 | 17,68 | 16,67 | 16,46 | 17,68 | 18,08 |
| MA | 12,18 | 10,05 | 15,45 | 14,22 | 19,60 | 15,79 | 16,35 | 16,21 | 15,14 |
| PB | 18,77 | 12,73 | 18,54 | 15,13 | 14,84 | 15,03 | 17,58 | 16,37 | 16,51 |
| PE | 15,07 | 14,16 | 16,97 | 13,40 | 15,47 | 14,60 | 16,03 | 16,60 | 16,12 |
| PI | 18,94 | 16,47 | 18,64 | 16,26 | 12,93 | 17,86 | 17,26 | 16,86 | 15,78 |
| RN | 14,83 | 13,70 | 12,95 | 15,04 | 14,85 | 14,16 | 15,12 | 14,16 | 14,04 |
| SE | 15,14 | 12,59 | 17,59 | 11,80 | 13,91 | 14,68 | 15,20 | 15,26 | 10,55 |
| NE | 18,03 | 14,65 | 18,08 | 16,44 | 17,10 | 16,42 | 16,64 | 16,45 | 16,20 |
| BR | 14,20 | 13,23 | 15,09 | 13,81 | 13,53 | 13,78 | 13,86 | 13,24 | 13,90 |

Fonte: <<http://www.ipeadata.com.br>>

Os dados observados em nível regional mostram que a participação na renda do 1% mais rico fica bem próximo e muitas vezes supera a apropriação dos 50% mais pobres, traduzindo a extrema concentração de renda existente no país, presente também em nível regional. Na região Nordeste em 2001, por exemplo, o 1% mais rico da população detinha 16,20% da renda (a mais elevada do país), enquanto os 50% mais pobres detinham apenas 13,04% (Tabela 11). Confirma-se, portanto, o caráter regional da pobreza e da concentração de renda no Brasil. No caso da Região Sul, tem-se a melhor renda per capita, a maior parcela da renda apropriada pelos 50% mais pobres e a menor parcela da renda apropriada pelo 1% mais rico (SILVA; ALVES, 2007).

O Índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). Os dados para os Estados do Nordeste e Brasil são apresentados na Tabela 12.

**TABELA 12 – Índice de Gini
Estados do Nordeste e Brasil - 1990-2001**

| | 1990 | 2001 |
|----|------|------|
| AL | 0,57 | 0,61 |
| BA | 0,65 | 0,59 |
| CE | 0,63 | 0,61 |
| MA | 0,56 | 0,57 |
| PB | 0,66 | 0,60 |
| PE | 0,60 | 0,62 |
| PI | 0,67 | 0,60 |
| RN | 0,61 | 0,58 |
| SE | 0,57 | 0,57 |
| NE | 0,63 | 0,60 |
| BR | 0,61 | 0,60 |

Fonte: <<http://www.ipeadata.com.br>>

De acordo com esse indicador, observa-se apenas uma pequena diminuição na concentração de renda do estado (caindo de 0,63 em 1990, para 0,61 em 2001), com o Ceará apresentando valores semelhantes aos verificados em nível regional e nacional. No Nordeste

como um todo, apenas os Estados de Alagoas, Maranhão e Pernambuco apresentaram crescimento na desigualdade de renda segundo o Índice de Gini.

Conforme enfatizado anteriormente, o Índice de Theil também mede desigualdade na distribuição de renda, sendo próximo a zero quando não há desigualdade e próximo a um quando a desigualdade é máxima. Apesar da redução do Índice de Theil na maioria dos Estados do Nordeste, com exceção novamente para Alagoas, Maranhão e Pernambuco, os valores revelam níveis de renda extremamente concentrados. Considerando o ano de 2001, o Ceará aparece com a pior concentração de renda do Nordeste, com o valor de 0,85 (Tabela 13).

**TABELA 13 – Índice de Theil
Estados do Nordeste e Brasil - 1990-2001**

| | 1990 | 2001 |
|----|------|------|
| AL | 0,76 | 0,83 |
| BA | 0,99 | 0,77 |
| CE | 0,89 | 0,85 |
| MA | 0,63 | 0,72 |
| PB | 0,96 | 0,79 |
| PE | 0,77 | 0,82 |
| PI | 1,00 | 0,80 |
| RN | 0,77 | 0,70 |
| SE | 0,70 | 0,63 |
| NE | 0,88 | 0,79 |
| BR | 0,77 | 0,71 |

Fonte: <<http://www.ipeadata.com.br>>

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações ocorridas no Ceará, na década de 1990, traduzem os resultados obtidos com o ajuste fiscal pioneiro e as reformas estruturais implementadas. Nesse cenário, o estado alcança um significativo crescimento econômico, elevando a participação do PIB estadual no PIB regional e nacional. A produção industrial foi a principal responsável pela elevação do PIB cearense, como consequência da política de atração de investimentos e das elevadas inversões em infra-estrutura. A maioria das empresas instaladas no estado, no entanto, ficou concentrada na região metropolitana de Fortaleza, contrariando os objetivos iniciais traçados de promover a desconcentração produtiva no estado.

Considerando os índices de pobreza e de concentração de renda, observa-se que houve uma redução significativa em todo o país. As maiores reduções ocorrem no início da década de 1990, quando as transformações em nível nacional são mais significativas e, em nível estadual, os resultados positivos começam a surgir.

No entanto, esses indicadores ainda permanecem em patamares bastante elevados, necessitando de atenção constante das autoridades governamentais. Isso mostra que o crescimento econômico apenas não é suficiente. É preciso que haja uma melhor distribuição da riqueza, para que os índices de pobreza e concentração de renda continuem declinando e, assim, beneficiem as camadas mais vulneráveis da sociedade brasileira.

No Ceará, é cedo afirmar que esses indicadores signifiquem uma melhoria na qualidade de vida da população, na medida em que os dados se revelam ainda extremamente precários, com indicadores de forte concentração de renda e elevados percentuais da população abaixo da

linha de indigência e pobreza, apesar das reduções ao longo da década. Portanto, faz-se necessária a realização de estudos que contemplem novos indicadores sociais, como taxa de analfabetismo, mortalidade infantil, esperança de vida, entre outros, para se ter uma idéia mais ampla de como as mudanças na dinâmica econômica do estado poderiam se refletir na diminuição das desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Christiane Luci Bezerra. **Considerações sobre a abertura comercial e seus rebatimentos na indústria brasileira nos anos 90**. João Pessoa: PPGE/UFPB, 2003 (Dissertação de Mestrado).

FERREIRA, Francisco H.G.; LITCHFIELD, Julie A. Desigualdade, pobreza e bem-estar social no Brasil – 1981/95. In: HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

GOMES, Darcilene Cláudio; NEDER, Henrique Dantas. Pobreza nos anos 90: os efeitos da estabilização. In: V Encontro Nacional de Economia Política, **Anais...** Fortaleza, 2000.

GREMAUD, Amaury P.; VASCONCELOS, Marco Antônio S. de; TONETO JR., Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Atlas, 2002.

GROSSI, Mauro E. D.; SILVA, José Graziano da; TAKAGI, Maya. **Evolução da pobreza no Brasil, 1995/99**. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2001 (Texto para Discussão nº 104).

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. **Relação Anual de Informações Sociais**, 1990 e 2000.

ROCHA, Sônia. Pobreza no Brasil: fatos básicos e implicações para a política social. In **Economia e Sociedade**. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de economia (IE).nº1, jun.1996.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Nordeste: A evolução nos últimos trinta anos (1970-1999)**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003.

SILVA, Maria Jucilene da; ALVES, Christiane Luci Bezerra. **Evolução da pobreza e da distribuição de renda no Estado do Ceará pós 1987**. Relatório técnico-científico do Projeto de Iniciação Científica URCA/FUNCAP. Crato: URCA, 2007.

VALOIS, Isabela da Silva; ALVES, Christiane Luci Bezerra. Caracterização do mercado de trabalho formal na indústria cearense durante a década de 90. In: MACAMBIRA JÚNIOR, Leôncio José Bastos. (Org.). **O Mercado de Trabalho Formal no Brasil**. Fortaleza: Editora da Imprensa Universitária da UFC, 2006.